



Município de Alfândega da Fé — Câmara Municipal

D. ADMINISTRATIVA FINANCEIRA (DAF)

INFORMAÇÃO n.º056/ 2019 . José Torres

DATA : 2019/10/22	
NIPG : 239/18	DE : JOSE MANUEL TORRES – TECNICO SUPERIOR
REGISTO (DOC.) : 8599	PARA : Sr.º Presidente da Câmara Municipal de Alfândega da Fé
CLASSIFICADOR : 023. - CONTABILIDADE	ASSUNTO : Projeto de decisão de adjudicação final – aquisição de serviços para contratação de seguro que cubra riscos que possam ocorrer no âmbito e exercício das funções dos comissários da Proteção das Crianças e Jovens em Perigo, pelo período de 1 (um) ano; de acordo com os requisitos definidos no presente Caderno de Encargos
PROCESSO : -----	

DESPACHO :

Adjudique-se.

Eduardo Tavares em 23-10-2019

PARECER :

SEGUIMENTO:

TEXTO :

Sobre o assunto mencionado em título, cumpre a este serviço apresentar o projeto de decisão de adjudicação final de acordo com o artigo 125.º do CCP – Código dos Contratos Públicos; que o faz nos seguintes termos:

Assunto: Proposta de decisão de adjudicação e formalidades subsequentes

Decisão de abertura do procedimento por consulta Prévia: Despacho superior: 25-09-2019.

Entidades convidadas a apresentar proposta: através do e-mail datado de 30-09-2019.

- Fidelidade Mundial Companhia de Seguros S.A.,
- Zurich;
- Ageas seguros;
- Companhia de Seguros Allianz Portugal S.A.,
- Generali – Companhia de Seguros S.A.,
- Seguradoras Unidas (Tranquilidade e Açoreana).

Preço da consulta prévia: €1.066,52 (mil sessenta e seis euros, e cinquenta e dois cêntimos).

Contratação: Aquisição de serviços para contratação de seguro que cubra riscos que possam ocorrer no âmbito e exercício das funções dos comissários da Proteção das Crianças e Jovens em Perigo, pelo período de 1 (um) ano; de acordo com os requisitos definidos no presente Caderno de Encargos.

Proposta:

1. Das entidades convidadas apresentou a proposta a Fidelidade Mundial Companhia de Seguros S.A., nos seguintes termos:

- Preço global proposto: €999,20 (novecentos e noventa e nove euros e vinte cêntimos) isento o IVA.
- Juntou documento conforme Anexo I ao Código dos Contratos Públicos, em que declara que aceita o conteúdo do caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas;
- Procuração da seguradora Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A., a determinar poderes ao seus procurados no âmbito da contratação pública;
- Proposta de orçamento, devidamente discriminada em consonância com o estipulado no Caderno de Encargos;
- Condições Gerais e Condições Particulares no âmbito deste tipo de seguros.

Adjudicação e formalidades complementares:

Proposta de adjudicação

- Tendo presente que o preço proposto pela entidade adjudicatária, é inferior ao preço base constante do Caderno de Encargos, e não havendo necessidade de pedir esclarecimentos sobre a mesma, porque foi recebida apenas uma proposta; e tendo presente esta se apresenta conforme a instrução deste processo. Nestes termos, compete aos serviços da entidade adjudicante submeter o projecto da decisão de adjudicação ao órgão competente para a decisão de contratar, de acordo com os números 1 e 2 do artigo 125.º do Código dos Contratos Públicos.
- Estando a entidade adjudicatária habilitada a prestar os serviços acima referidos, em conformidade com o estabelecido no Caderno de Encargos.
- Tendo a entidade adjudicatária declarado que aceita o conteúdo do Caderno de Encargos.
- A prestação dos serviços, a realizar no âmbito do presente contrato, deverá ter início a contar da data da adjudicação e é válido pelo período de 1 (um) ano.

Contrato escrito:

- Nos termos da Cláusula 2.ª do Caderno de Encargos, e de acordo com a alínea a) do n.º1 do artigo 95.º do CCP não é exigível a redução do contrato a escrito.

- Face ao que antecede e se a proposta aqui formulada merecer a aprovação superior, proceder-se-á, nos termos do n.ºs 1 e 2 do artigo 77.º do CCP, ao envio da notificação da adjudicação, a qual será acompanhada da "Proposta de decisão de adjudicação".

- Mais se informa que, de acordo com o disposto da alínea f) do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, na sua redação revista e atualizada conjugado com o disposto na alínea a) do artigo n.º 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de Junho, a competência para autorizar a despesa é do Exmo. Presidente da Câmara Municipal.

- Face ao que antecede, submete-se à consideração superior a presente proposta. Se a mesma merecer aprovação, proceder-se-á, nos termos do n.º 1 e 2 do artigo 77.º do CCP, à notificação do adjudicatário - Fidelidade Mundial Companhia de Seguros S.A.

- Da adjudicação;

- Para apresentação dos documentos de habilitação, de acordo com os termos e para os efeitos do artigo 81.º do CCP, e em conformidade com o definido no ponto 12 do convite.

Autorização para a realização da despesa de: €999,20 (novecentos e noventa e nove euros e vinte cêntimos) isento do IVA, devidamente cabimentada, sob a proposta de cabimento n.º948/2019, requisição n.º1178, compromisso n.º1209/2019, classificação económica 020212.

Gestor do Contrato: Maria José Figueiredo Rodrigues Costa, Técnica Superior, do Município de Alfândega da Fé.

CONCLUSÃO :

— Propõe-se que seja analisada a presente proposta, de acordo com a informação apresentada, para efeitos de adjudicação; se assim for determinado superiormente nesse sentido.

Os Serviços:

Técnico Superior:



Jose Torres em 22-10-2019

JOSÉ TORRES